

Estudo Técnico Preliminar - 54/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 23079.224851/2021-71

2. Descrição da necessidade

1. A Pró-Reitoria de Graduação da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, através da Divisão de Integração Acadêmica – DIA, - celebra convênios de estágio com pessoas jurídicas de direito privado, e, os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, conforme autoriza legislação vigente (Lei nº 11.788/2008 e Instrução Normativa nº 213/2019).
2. Em seu Art. 2º, a Lei nº 11.788/2008 nos informa que o estágio poderá ser obrigatório (definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma), ou não obrigatório (desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória), conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino, e, do projeto pedagógico do curso.
3. A referida legislação impõe, em favor do estagiário, a contratação de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado.
4. Instrução Normativa nº 213/2019, Art. 9º, Parágrafo único - A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do estagiário, é condição essencial para a celebração de contrato, convênio ou acordo de cooperação, devendo constar do TCE o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.
5. No âmbito da UFRJ, a contratação do seguro contra acidentes pessoais contempla os estagiários de estágio obrigatório, alunos de outras instituições de ensino em estágio na UFRJ, e alunos de graduação da UFRJ em atividades acadêmicas didático-pedagógicas e técnico-científicas, de acordo com convênios firmados entre a UFRJ e outros, nos quais a exigência de concessão do seguro seja de responsabilidade da UFRJ.
6. A contratação justifica-se pela adesão aos diplomas legais supracitados, reconhecendo as previsões da Constituição Federal, e do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
7. Igualmente, pela finalidade de segurar sinistros que possam resultar em morte acidental e invalidez permanente, total ou parcial, e, que possa ocorrer com educandos no desempenho das atividades de estágio.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Graduação da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, através da Divisão de Integração Acadêmica – DIA	Gisele Viana Pires

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1. Processo licitatório para a contratação de seguradora com capacidade técnica para atendimento do serviço por prazo determinado de 12 (doze) meses, tendo a UFRJ a faculdade de optar pela conveniência de solicitar renovação da apólice até a data de vencimento.
2. A natureza continuada do contrato se dá pela necessidade de a UFRJ desenvolver suas ações de estágio de forma constante, necessárias à formação do educando, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Tais ações são atos educativos escolares supervisionados, desenvolvidos no ambiente de trabalho, que visam à preparação para o trabalho produtivo, como preconiza a RESOLUÇÃO CEG nº 12/2008, Art. 1º.
3. Outra perspectiva sobre a natureza continuada é considerar que, a não contratação, impedirá a permanência do educando no ambiente supervisionado pela falta de proteção da cobertura de seguro a que se refere legislação vigente (Lei nº 11.788/2008 e Instrução Normativa nº 213/2019).
4. Vigência do contrato mínima de doze meses, podendo se prorrogado por até 60 meses, conforme inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, caso os serviços tenham sido prestados regularmente; a Administração mantenha interesse na realização do serviço; o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.
5. Comprovada a vantajosidade da contratação, demonstrado que os valores, ainda que sofram reajustes, se mostrem como valores interessantes para a manutenção do contrato, a UFRJ poderá notificar o contratado e questionar o interesse em renovar o vínculo jurídico.
6. Anuindo, o contratado, ao questionamento, de forma expressa ou tácita, poderá a administração, com a renovação, deixar de enfrentar um processo licitatório.
7. O contrato deverá identificar os elementos mínimos obrigatórios nas condições gerais e especiais do seguro regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em conformidade com o determinado na Circular SUSEP Nº 302, de 19/09/2005.
8. Considerar a recomendação feita pelo TCU, no Acórdão nº 600/2015, de impedir participação de empresas de corretagem na execução dos serviços, bem como detalhar a metodologia de apuração do excedente técnico anual previsto na Circular SUSEP nº 317/2006, de forma a excluir a possibilidade de dedução de despesas com taxa de corretagem, assistência técnica ou administração de seguros, em atenção aos princípios da economicidade e da supremacia do interesse público.
9. O registro no Sistema de Registro de Operações (SRO) deve ter a adesão voluntária incentivada na busca de maior transparência.
10. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.
11. Regime de contratação terá sua execução conforme demanda.
12. Exigir-se-á a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Administração.
13. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa.
14. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o

serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.

15. A Contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

16. Qualificação técnica do fornecedor:

- Registro ou inscrição da empresa licitante na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em plena validade;
- Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorridos no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.
Somente devem ser aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;
- O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5. Levantamento de Mercado

1. A imperativa obrigação da UFRJ para contratação de serviço de seguro contra acidentes pessoais para os estagiários de estágio obrigatório, alunos de outras instituições de ensino em estágio na UFRJ e alunos de graduação da UFRJ em atividades acadêmicas didático-pedagógicas e técnico-científicas, de acordo com os convênios firmados entre a UFRJ e outros, nos quais a exigência de concessão do seguro seja de responsabilidade da UFRJ, conclui na contratação de empresa seguradora para o provimento do aludido serviço.
2. Em sendo respeitados os dispositivos que imperializam a obrigatoriedade de contratação de seguro para estagiários, por todas as Instituições de Ensino Federais, o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar constitui-se em objeto de frequente aquisição por vários órgãos públicos.
3. Desta forma, é possível perceber reiterados editais de contratação para o objeto e, consequente, oferta de empresas capazes de atender à demanda pelos serviços de seguro contra acidentes pessoais. Como demonstra tabela de realização de pesquisa de preços.
4. A pesquisa de mercado do presente estudos considerou contratos de seguros licitados por instituições de ensino.
5. O capital segurado pela CONTRATADA deverá ser de no mínimo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
6. A tabela referente à pesquisa de mercado desconsiderou contratos anteriores a 2021, tanto quanto contratos que não estipulavam valores unitários do prêmio*.

UASG	Pregão Nº	Contratante:	Contratado	Vigência	Data de Assinatura	Quantidade Item	Preço Unitário	Valor Total
158154	24/2021	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	33.065.699/0001- 27	13/07/2021 até 13/07/2022	13/07/2021	6682	0,54	43.299,36
158749	24/2021	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Campus Sorocaba	33.065.699/0001- 27	18/05/2022 até 17/05/2023	17/05/2022			1.555,20
158512	02/2021	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Industrial Marabá	87.883.807/0001- 06	27/07/2021 até 27/07/2022	27/07/2021	122020	0,70	85.414,00
158151	13/2021	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	92.751.213/0001- 73	15/10/2021 até 15/10 /2022 30/2021 30/03 /03/2022 até 29/03/2023	15/10 2021 30/03 /2022	33774	1,13	38.130,72
153065	05/2021	Universidade Federal da Paraíba	33065699/0001-27	X	X	69252	0,42	96.952,80
158195	09/2021	Universidade Federal de Campina Grande	87.883.807/0001- 06	26/10/2021 até 26/10/2022	26/10/2021	36600	R\$ 0,31	11.346,00
158565	02/2021	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB	33065699/0001-27	14/05/2021 até 14/05/2022	14/05/2021	72000	0,11	7.920,00
158137	29/2021	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	87.883.807/0001- 06	X	X	140760	0,53	74.602,80

(*) É imprescindível a fixação, no edital, dos critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais, em face do disposto no art. 40, inciso X, c/c o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666 /1993. Não é possível licitar obras e serviços sem que o respectivo orçamento detalhado, elaborado pela Administração, esteja expressando, com razoável precisão quanto aos valores de mercado, a composição de todos os seus custos unitários, nos termos do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, tendo-se presente que essa peça é fundamental para a contratação pelo preço

justo e vantajoso, na forma exigida pelo art. 3º da citada lei. (Acórdão 2014/2007 Plenário, rel. Min. Valmir Campelo, 26/09/2007).

6. Descrição da solução como um todo

1. A empresa escolhida deverá atender ao serviço de seguro contra acidentes pessoais, elencando os seguintes itens como os principais da demanda:
- Morte Acidental (MAC): Garantindo aos beneficiários (pessoas livremente indicadas pelo segurado) o pagamento do capital segurado individual contratado para essa cobertura, em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro. Capital segurado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): Garantindo ao próprio segurado, em caso de uma Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o pagamento de uma indenização limitada ao valor do capital Segurado Contratado, caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação de laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de riscos excluídos. Capital segurado: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas (D.M.H.O): Garantindo cobertura das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do Capital Segurado Contratado. Capital segurado: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- O limite etário para os estagiários incluídos na apólice é de 69 anos, 11 meses e 29 dias;
- O quantitativo de segurados poderá sofrer alterações no decorrer do ano, motivadas por inclusões e/ou exclusões, em virtude de início e término de estágios ou convênio, nos moldes do artigo 65º, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- A contratada tomará as devidas providências para o atendimento ao discente segurado tão logo seja informada do sinistro.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1. Considerando que, o advento da pandemia e do isolamento social, causou uma retenção de estudantes que necessitam cumprir o requisito da prática de estágio para a conclusão de seus cursos.
2. Considerando que, na UFRJ, enquanto o contingente total de estudantes ativos de graduação no segundo semestre de 2019 era de cerca de 45.000, agora, no primeiro semestre de 2022, é superior a 63.000.
3. Considerando que, com o retorno das atividades presenciais, é possível verificar que nos primeiros 6 (seis) meses do ano de 2022, a média de segurados já é maior que a média dos anos pandêmicos.

4. Considerando que, os 172 cursos de graduação ativos da UFRJ possuem, em média, 30 alunos cumprindo atividades acadêmicas didático-pedagógicas, técnico-científicas e de estágio obrigatório; incluindo os cursos à distância do CEDERJ.
5. Considerando que, alunos de outras instituições de ensino médio estagiam na UFRJ;
6. Considerando o dever de cumprir o disposto nos convênios firmados entre a UFRJ e outros, nos quais a exigência de concessão do seguro seja de responsabilidade da UFRJ e no Art. 9º, inciso IV, da Lei 11.788, de 25/09/2008.
7. Considerando que, o quantitativo fixado não pode ser determinado com precisão.
8. Na atual previsão de contratação de seguro, estima-se 60.000 (sessenta mil) vidas, 5000 (cinco mil) vidas por mês, durante 12 meses.
9. Quando a quantia a ser contratada não pode ser precisada, é recomendado pelo PARECER N.º 10/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, que se valha da empreitada por preço unitário para a execução do contrato.
10. A execução do regime de contratação ocorrerá conforme se modifique a demanda.

Data de calculo	Número de Segurados*	Novos Segurados	Cancelamentos	Média de Segurados
29/06/2020	1142	91	23	Ano 2020
28/07/2020	1210	3	453	884,86
24/08/2020	760	92	218	
01/10/2020	634	263	111	
30/10/2020	786	68	0	
30/11/2020	854	12	58	
18/01/2021	808	141	7	1425,36
27/01/2021	942	60	27	
04/03/2021	975	49	267	
08/04/2021	757	52	16	
27/04/2021	793	695	130	
15/06/2021	1358	193	36	
09/07/2021	1515	209	78	
13/08/2021	1646	205	123	
30/09/2021	1728	221	120	
05/10/2021	1829	265	117	
01/11/2021	1977	196	14	
02/12/2021	2159	738	53	2436,67
22/12/2021	2844	0	52	
01/02/2022	2792	138	212	
04/03/2022	2718	59	260	
01/04/2022	2517	104	1079	
18/05/2022	1542	689	24	
07/06/2022	2207	239	97	

(*) Quantitativo poderá sofrer alterações no decorrer do ano, motivadas por inclusões e/ou exclusões, em virtude de início e término de estágios ou convênio, nos moldes do artigo 65º, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 34.200,00

1. O valor da contratação deriva diretamente da quantidade de vidas a serem seguradas, qual seja, 60.000 (sessenta mil) vidas.
2. O valor de referência para o estudo atual é R\$0,57 (cinquenta e sete centavos)
3. A estimativa do valor de contratação é de R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais) para todo o contrato, e, R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), como limite máximo mensal do prêmio.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar ampla participação de licitantes que embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade" Súmula 247 - TCU
- O parcelamento da solução é regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. De acordo com o recomendado no art. 23, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e na Súmula 247 do TCU, e após a análise da especialidade do serviço, se faz considerar dois aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico.
- "9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar-condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática;" Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário.
- O parcelamento da solução, ensejaria na redução do poder de economia de escala. Isto posto, nos termos do §1º do Art. 23 da Lei 8.666/93, a licitação deverá garantir a competitividade sem perda da economia de escala, o que certamente não seria possível alcançar em caso de divisão do objeto, ferindo a economia de escala pretendida.
- Não há de se falar em parcelamento do objeto já que está se licitando apenas um item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra /contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou, contratações futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

1. A Universidade Federal do Rio de Janeiro promove ações de parceria e troca de saberes entre as diversas instituições de ensino que são partes na formação, congregando seus atores principais (professores e alunos, tanto da universidade, quanto das escolas). Além disso, formaliza o encaminhamento de alunos para os campos de estágios, identifica e avalia novas demandas institucionais para a realização de estágios e estabelece contato com as instituições ou campos de estágio, avaliando a programação e o interesse no oferecimento de vagas.
2. A oferta de seguro contra acidentes pessoais é ponto que constitui fundamentalmente esse conjunto de ações para a promoção do estágio.
3. Desta forma, a necessidade de contratação do seguro contra acidentes pessoais, está detalhada no plano anual de contratações da UFRJ, sob o código 906.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Por meio da contratação do presente objeto, a UFRJ busca a manutenção das ações de integração entre as práticas de ensino, e os campos de estágio.
2. A não contratação impediria o desenvolvimento de todo processo educacional do aluno, considerando a não permanência no campo de estágio, por contrariar a legislação vigente (Lei nº 11.788/2008 e Instrução Normativa nº 213/2019), e, consequente, esvaziamento das políticas educacionais da universidade em termos de práticas de ensino.
3. O benefício maior da contratação será favorecer o direito ao educando de participar de estágios que visem ao aperfeiçoamento no seu curso.

13. Providências a serem Adotadas

1. A UFRJ demandará aquela quantidade que efetivamente necessitar, dentro do número máximo de 5000 (cinco mil) vidas por mês, bem como só remunerará o contratado pela quantidade executada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

1. “A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE constitui importante elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social, quanto o desenvolvimento econômico, sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente equilibrado, que deve ser mantido e preservado pela geração atual, em benefício próprio e das futuras gerações”.
2. “Em detalhamento, o BEM-ESTAR SOCIAL relaciona-se com a efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como a garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho do menor, fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e à saúde no ambiente de trabalho, a título de mera exemplificação”.

3. Nessa direção, a habilitação nas licitações exige dos interessados documentação relativa ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade justifica-se pelo estudo do conjunto de regras, abaixo que autoriza, regula e não impede a contratação do serviço. Além da adequação a necessidade desta universidade.

Lei nº 8.666/93 e alterações

Lei nº 10.520/2002

Lei nº 11.788/2008

Decreto nº 7.234/2010

Decreto nº 10.024/2019

Acórdão 2014/2007 Plenário

Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário

Acórdão nº 600/2015

Súmula 247 - TCU

PARECER N.º 10/2013/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU

Circular SUSEP Nº 302/2005

Circular SUSEP nº 317/2006

Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

16. Responsáveis

VIVIANE CRISTINA DA SILVA

Assistente em Administração

JOÃO MÁRCIO SOARES CÉSAR

Assistente em Administração

MARCELO DA SILVA GONÇALVES

Assistente em Administração